



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS POUSO ALEGRE**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015

PROCESSO Nº 23502.002161.2015-77

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS POUSO ALEGRE – IFSULDEMINAS -CAMPUS POUSO ALEGRE por meio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria n.º 1.024, de 22/06/2015, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e da Instrução Normativa nº 01/2010, do Decreto nº 7.746/2012, da Lei Complementar nº 123/2006, realizará licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo **"MENOR PREÇO"**, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, para a prestação de serviços de execução de obra para construção do almoxarifado e garagem no Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Documentação e Proposta de Preço

Local: Sala de Reuniões do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Endereço: Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP 37.550-000, Pouso Alegre, MG

Data: Dia 13/10/2015

Horário: 09 horas

A vistoria deverá ser feita no dia 06/10/2015 das 09h00min às 12h00min.

1. DAS CONDIÇÕES INICIAIS

1.1 Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Concorrência realizar-se-ão no próximo dia útil de funcionamento do IFSULDEMINAS.

1.2 No local indicado serão realizados os procedimentos pertinentes a esta Concorrência, com respeito a:

1.2.1. recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”;

1.2.2. abertura dos envelopes “Documentação” e verificação da situação da licitante perante o SICAF;

1.2.3. devolução dos envelopes “Proposta” às licitantes inabilitadas; e

1.2.4. abertura dos envelopes “Proposta” das licitantes habilitadas.

1.3 As decisões da Comissão Especial de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial da União e/ou na homepage do IFSULDEMINAS www.ifsuldeminas.edu.br, com pelo menos por 01 (um) dia de antecedência, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais das licitantes, principalmente quanto a:

- 1.3.1.** habilitação ou inabilitação da licitante;
- 1.3.2.** julgamento das propostas;
- 1.3.3.** resultado de recurso porventura interposto;
- 1.3.4.** resultado de julgamento desta Concorrência.

1.4 A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame preferencialmente até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

1.5 A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”, exclusivamente para o e-mail licitacao@ifsuldeminas.edu.br.

1.6 Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar todos os projetos e documentação referente à presente Concorrência, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

1.6.1. Após a formulação da proposta vencedora do certame, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia, especializada no ramo, para construção de um galpão com 1.058,75 m² de área, de alvenaria de concreto, estrutura de concreto, coberto com estrutura de metal, provido de piso industrial polido, com capacidade de carga para receber veículos de grande porte, sendo parte destinada à guarda de veículos oficiais e outra parte destinada a depósito de materiais no Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS. O serviço deverá ser executado no IFSULDEMINAS/Campus Pouso Alegre, localizado na Avenida Maria da Conceição Santos, 1.730, Parque Real - CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre/MG, conforme especificado nos Projetos, no Caderno de Encargos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Anexos deste Edital e demais normas aqui contidas.

2.2 Os materiais a serem empregados, as obras e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- 2.2.1.** às normas e especificações constantes deste edital e anexos;
- 2.2.2.** às normas da ABNT;
- 2.2.3.** às disposições legais da União, do Estado de Minas Gerais e do município de Pouso Alegre/MG;

- 2.2.4. aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 2.2.5. às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 2.2.6. às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 2.2.7. às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 2.2.8. às práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção;
- 2.3 Para elaboração das estratégias sustentáveis deverão ser seguidos os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável).
- 2.4 Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo às especificações da ABNT, ao Caderno de Encargos do IFSULDEMINAS e ao PBQP-H, tanto quanto à qualidade quanto ao transporte, carga / descarga e armazenamento.
- 2.5 Os arquivos contendo os projetos executivos necessários à elaboração da proposta e à execução dos serviços estarão disponíveis nos sites do Comprasnet: www.comprasgovernamentais.gov.br e do IFSULDEMINAS: www.ifsuldeminas.edu.br e também podendo ser retirada junto ao Setor de Licitações da Reitoria, situado na Rua Ciomara Amaral de Paula, 167, CEP: 37.550-000, Medicina, Pouso Alegre/MG, em data e horário previamente agendados pelo e-mail: licitacao@ifsuldeminas.edu.br . O agendamento deverá ser realizado até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”. O licitante deverá, obrigatoriamente, trazer CD-R, DVD, DVD-R, “pen-drive” ou qualquer outra mídia apta à gravação de todos os arquivos na data combinada.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Poderão participar desta Concorrência quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no item – **DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR**, e que tenham especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência.
- 3.2 O cadastramento da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF (Níveis I, II, III, IV, V e VI)**, de que trata a IN nº 02/2010 SLTI/MPOG e Portaria Normativa 27/2010 SLTI/MPOG, são válidos como parte dos requisitos mínimos da **HABILITAÇÃO PRELIMINAR**;
- 3.3 O cadastramento no **SICAF** poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, localizados nas Unidades da Federação até 3 (três) dias antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes “documentação” e “proposta”.
- 3.4 Não poderão participar desta Concorrência:
 - 3.4.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o IFSULDEMINAS, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 3.4.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 3.4.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

- 3.4.4.** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 3.4.5.** empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;
- 3.4.6.** empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- 3.4.7.** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.4.8.** consórcio de empresa, qualquer de seja sua forma de constituição.

4. DO PROCEDIMENTO

- 4.1** O representante legal da licitante, identificado por documento hábil, deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes “Documentação” e “Proposta” até o dia, horário e local já fixados no preâmbulo.
- 4.2** Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte;
- 4.3** As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.
- 4.4** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Concorrência, ressalvado o disposto nas condições estipuladas neste Edital.
- 4.5** Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença das interessadas, pela Comissão Especial de Licitação, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os representantes legais das licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.
- 4.6** Abertos os envelopes “Documentação”, a Comissão Especial de Licitação, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inhabilitadas, devendo ser devolvidos às últimas os envelopes “Proposta”, devidamente fechados desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.
- 4.7** A regularidade do cadastramento dos níveis I, II, III, IV, V e VI da licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF será confirmada por meio de consulta “*on line*”, quando da abertura dos envelopes “Documentação”.
- 4.8** Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante (IN nº 02/2010 SLTI/MPOG), declarações essas que deverão ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes das licitantes presentes. As declarações serão juntadas aos autos do processo licitatório.
- 4.9** Havendo irregularidade no cadastramento ou na habilitação parcial da licitante que optar por apresentar as informações constantes do SICAF, será a mesma inhabilitada.
- 4.10** No caso de a licitante ser inhabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (art. 37 da IN nº 02/2010 SLTI/MPOG), ter

entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o Presidente da Comissão suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão gestor do SICAF.

4.11 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentação”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Concorrência ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

4.12 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.

4.12.1. se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Especial de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em Ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante publicação na página **web do IFSULDEMINAS** www.ifsuldeminas.edu.br

4.13 as licitantes serão convocadas a comparecer, ficando os envelopes “Proposta” sob a guarda da Comissão Especial de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

4.14 ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão Especial de Licitação para a abertura dos envelopes “Proposta”.

4.15 Após a abertura dos envelopes “Documentação”, os demais, contendo as “Propostas”, serão abertos:

4.15.1. se houver renúncia registrada em Ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes presentes ao direito de interposição de recurso; ou

4.15.2. após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

4.15.3. após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

4.16 As aberturas dos envelopes “Documentação” e “Proposta” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.

4.17 Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais das licitantes presentes;

4.18 a inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

4.19 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Especial de Licitação até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

4.20 Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.

4.21 Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial de Licitação.

4.22 Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

4.23 É facultada à Comissão Especial de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

4.24 Considera-se como representante legal qualquer pessoa investida de poderes pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

4.24.1. Entende-se por documento credencial:

4.24.1.1. contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia ou proprietária da empresa licitante;

4.24.1.2. procuração ou declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação;

4.25 cada representante poderá representar apenas uma licitante;

4.26 o documento de representação poderá ser apresentado à Comissão Especial de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "**DOCUMENTAÇÃO**" e "**PROPOSTA**", ou quando esta o exigir;

4.27 a não apresentação do documento legal de representação não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.

4.28 Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição das licitantes pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos pela Comissão Especial de Licitação.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1 Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, simultaneamente, sua documentação e propostas de preço, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ da licitante, os seguintes dizeres:

**CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GÉRIAS – CAMPUS POUSO ALEGRE
DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 01**

**CONCORRÊNCIA Nº 03/2015
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GÉRIAS – CAMPUS POUSO ALEGRE**

PROPOSTA – ENVELOPE Nº 02

6. DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR- ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO)

6.1 A HABILITAÇÃO PRELIMINAR para participar desta Concorrência compreende:

6.1.1. a licitante que não for cadastrada no SICAF ou tiver documentação ou cadastro vencidos, deverá apresentar, dentro do **ENVELOPE Nº 01**, os documentos relacionados a seguir, bem assim aqueles relacionados no item 6.1.2 deste Edital e/ou os documentos que não constarem no SICAF.

6.1.1.1. A documentação não contemplada no cadastro SICAF, deverá ser obrigatoriamente ser colocada no envelope, mesmo que a empresa opte pela análise no SICAF.

a) Informo que será consultado o SICAF de todos as licitantes no início da Sessão Pública.

6.1.1.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - a.1)** os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.3. Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
 - b.1)** em razão de o objeto do certame se referir a prestação de serviços deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; e
 - c 1)** faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. (A CNDT deverá ser incluída no envelope, pois não está contemplada no SICAF).**

6.1.1.4.

Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
 - a.1) Serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima) com as devidas alterações posteriores:
 - a.1.2) publicados em Diário Oficial; ou
 - a.1.3) publicados em jornal de grande circulação; ou
 - a.1.4) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
 - a.1.5) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - a.1.6) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - a.1.7) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;.
 - a.1.8) sociedade criada no exercício em curso:
 - a.1.9) fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - b) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

- c) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- c.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço;
- c.1.1) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;
- c.2) se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente dos documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

6.1.2. Todas as licitantes, inclusive as optantes pelo **SICAF**, deverão apresentar, dentro do Envelope nº 01, os seguintes documentos:

- a) certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região ou Conselho competente a qual está vinculada a licitante, comprovando atividade relacionada com o objeto da presente licitação – construção civil;
- b) Atestado(s) (ou declaração) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA** ou outro Conselho competente da região, que comprove ter o responsável técnico executado serviços compatíveis com o objeto de **complexidade** igual, similar ou superior a desta Concorrência em uma única unidade predial;
- c) Comprovação de que o responsável técnico pertence ao seu quadro Especial, na data fixada para entrega dos envelopes “documentação” e “proposta”, profissional de nível superior com formação em engenharia civil ou arquitetura, detentor do atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou outro Conselho competente da região, relativo(s) à execução dos serviços compatíveis com o objeto desta Concorrência;
- c.a) A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de

- empregado, ou ainda do contrato de prestação de serviços ou outro documento de mesmo valor probatório.
- d) é vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará as empresas envolvidas.
 - e) declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência;
 - e.a) o nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica de que trata a letra “b” do subitem 6.1.2;
 - f) **certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura;
 - f.a) **certidão negativa de débitos trabalhistas** vigente.
 - g) **comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento)** do valor total da proposta (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral);
 - g.a) Para as empresas que optarem pela verificação junto ao SICAF, a informação relativa a esses índices será obtida mediante consulta ao referido sistema.
 - h) **declaração, observadas as penalidades cabíveis**, da superveniência de fato impeditivo da habilitação;
 - i) **declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal** empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).
 - j) **Declaração expressa da aceitação e submissão** a todas as condições deste Edital, bem como o compromisso formal de execução dos serviços de acordo com os preceitos técnicos recomendados e pelo preço ofertado.
 - k) **Declaração de elaboração independente de proposta** de acordo com o anexo VII deste edital.
 - l) **Declaração de Vistoria**, assinado pelo representante do IFSULDEMINAS de acordo com o Anexo VI deste edital, ou **Declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra**.
 - m) **Declaração comprovando que recebeu da Comissão Especial de Licitação**, todos os documentos necessários ao cumprimento do objeto desta Concorrência, e que não tem nenhuma dúvida quanto aos projetos e demais anexos.
 - n) **Declaração do Prazo de execução da obra**, que não deve ser superior a 6 (seis) meses, conforme cronograma físico-financeiro.

- o) Declaração de que nenhum dirigente ou responsável técnico da licitante** pertence ao quadro de funcionários do IFSULDEMINAS.
- p) Declaração que examinou convenientemente** as especificações constantes dos projetos, memorial descritivo, caderno de encargos, planilha orçamentária e demais anexos, e que o **VALOR ORÇADO** pelo **IFSULDEMINAS** é suficiente para a realização da obra, inclusive para fazer frente as despesas referentes aos encargos sociais trabalhistas e taxas devidas no âmbito federal, estadual e municipal, não sendo, portanto, necessário eventuais acréscimos até o término da obra.
- q) Declaração do licitante comprometendo-se**, caso seja o vencedor, a utilizar na obra, somente material de primeira qualidade e nas proporções indicadas no memorial descritivo e demais anexos, sujeitando-se ao pagamento das despesas necessárias ao eventual ensaio visando aferir a qualidade do material, bem como seguir as orientações da fiscalização do IFSULDEMINAS.

6.1.3. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

6.1.4. Os documentos relacionados na Condição 6.1.2 deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram;

6.1.5. O representante legal, que assinar pela empresa licitante os documentos de que trata a Condição 6.1.2, deverá estar credenciado para esse fim, e ser comprovado se a Comissão Especial de Licitação vier a exigir; e

6.1.5.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

6.1.5.1.1. Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:

- a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

6.1.5.2. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e assim deverão ser apresentados;

6.1.5.3. Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante, respeitados as exigências contidas na letra “b” do item 6.1.2 em relação ao objeto e área construída;

6.1.5.4. Os documentos exigidos nesta Concorrência poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório

competente ou por membro da Comissão Especial de Licitação ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.1.5.5. Os documentos poderão ser autenticados pela Comissão Especial de Licitação, a partir do original, até 24 horas antes da abertura dos envelopes documentação;

6.1.5.5.1. serão aceitas somente cópias legíveis;

6.1.5.6. não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas; e a Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

6.1.5.7. Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº 01, deverão, de preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente.

7. DA VISTORIA

7.1 **A licitante poderá vistoriar o local** onde será executada a obra objeto desta Concorrência para inteirar-se das condições e grau de dificuldades e condições existentes que poderão afetar o custo e as exigências de ordem técnica para a execução do objeto licitado, inclusive quanto aos horários e atividades permitidas ou toleradas, quanto ao transporte horizontal e vertical de materiais e equipamentos, quanto à utilização de escadas e áreas comuns, quanto à manutenção da higiene e limpeza das áreas comuns, quanto à produção de ruídos, quanto ao trânsito e identificação de seus funcionários, enfim quanto a todas as questões que de alguma forma possam interferir com o desenvolvimento dos serviços a serem executados, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das mesmas. A vistoria deverá ser efetuada por intermédio de representante legal, devidamente qualificado em **engenharia civil ou arquitetura**. **A DECLARAÇÃO DE VISTORIA** deverá ser emitida pela empresa licitante, devidamente assinada pelo seu representante legal e com o visto do servidor do IFSULDEMINAS. *No caso da empresa optar em não fazer a vistoria, ela deverá emitir uma declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra.* **Os projetos referentes a esta licitação serão disponibilizados para os interessados, através dos sites do Comprasnet: www.comprasgovernamentais.gov.br e do IFSULDEMINAS: www.ifsuldeminas.edu.br ou através de CD e/ou pen drive da empresa. A vistoria deverá ser feita no dia 06/10/2015 das 09h00min às 12h00min, sem necessidade de agendamento de horário, bastando apenas comparecer no dia e horário fixados, com a respectiva documentação;**

7.2 As datas e horários não serão prorrogados em hipótese alguma. Qualquer dúvida deverá ser sanada por escrito junto à Comissão Especial de Licitação. Os interessados deverão solicitar os arquivos das plantas e desenhos pelo e-mail: licitacao@ifsuldeminas.edu.br

7.3 As empresas, interessadas em participar do certame, deverão proceder análise prévia dos Projetos Básico, Executivo, Complementar, Caderno de Especificações Técnicas e demais anexos desta Concorrência, a fim de inteirar-se dos seus conteúdos, evitando, alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

7.4 O local para vistoria, onde serão realizados os serviços, localiza-se na Avenida Maria da Conceição Santos, 1.730 – Parque Real - CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre/MG.

7.5 Todos os documentos são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de serviço a ser executado devido sua omissão em algum documento.

8. DA PROPOSTA: ENVELOPE Nº 02

8.1 A proposta de preço contida no Envelope nº 02 deverá ser apresentada, conforme modelo:

- a) datilografada ou emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada;
- b) fazer menção ao número desta Concorrência e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, *e-mail* e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, a agência e respectivos códigos e o n.º da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;
- c) indicação dos preços conforme previsto nas Condições 9.3 a 10 e subitens;
- d) indicação dos prazos conforme previsto nos subitens da Condição 10;
- e) quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

8.2 As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução da obra:

8.2.1. no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão Especial de Licitação, no prazo estabelecido na Condição 1.4 deste Edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

8.3 Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação.

8.4 Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

8.5 A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada aquela que não satisfizer tal exigência; e

8.6 a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 – DA DOCUMENTAÇÃO;

8.7 a licitante vencedora deverá apresentar planilha com a composição de custos dos serviços ofertados.

8.8 Será desclassificada a proposta que ofertar preço unitário superior ao estipulado na planilha de custos, conforme Anexo XI do edital.

9. DOS PREÇOS

9.1 A licitante deverá indicar os preços unitários e totais por item e subitem, conforme planilhas constantes dos anexos, e ainda, o global da proposta.

9.1.1. Os preços unitários não poderão ser superiores aos estabelecidos nos Anexo XI do edital.

9.2 a licitante deverá indicar o percentual do BDI, detalhando todos os seus componentes, também em forma percentual e preencher a planilha referente a materiais e serviços inclusos.

9.2.1. Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas).

9.3 Os quantitativos indicados na Planilha constante deste Edital são meramente estimativos, não acarretando à Administração do IFSULDEMINAS qualquer obrigação quanto à sua execução ou pagamento.

9.4 Nos preços cotados deverão estar inclusos e detalhados os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico – BDI – conforme planilha de quantidades e preços.

9.5 A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

9.6 A Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, o Imposto de Renda, procedimentos administrativos e instalação do canteiro não comporão o BDI.

9.7 Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

10. DOS PRAZOS

10.1 A obra deverá ser executada no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS considerado o disposto na Condição 10.7.

10.2 O prazo para início da obra será de até 15 (quinze) dias corridos contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS, e o da conclusão, o proposto pela licitante vencedora, se inferior ao máximo definido no caput desta Condição;

10.3 Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado ao Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS;

10.4 Quaisquer serviços a serem realizados fora dos referidos horários dependerão de prévia e formal comunicação ao Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS e não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução dos serviços ora licitados, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem, ainda, “horas extras” ou “adicionais noturnos”, uma

vez que a licitante vencedora se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados nesta Concorrência.

10.5 O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior à 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

10.6 A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta Concorrência para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

10.7 Caso os prazos estabelecidos nas Condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

10.8 Os prazos previstos na Condição 10.5. e 10.6. poderão ser excepcionalmente prorrogados, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração do IFSULDEMINAS.

10.9 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do IFSULDEMINAS, poderá ser solicitada prorrogação da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

10.10 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que tratam as Condições 10.9 e 18.2 respectivamente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

11. DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA LICITAÇÃO

11.1 Trata-se de licitação do tipo Concorrência enquadrada nos artigos 10, inciso II, alínea “a”, 22, inciso I, e 45, § 1º, inciso I, todos da Lei nº 8.666/93.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

12.1.1. Apresentarem preços com valor global superior ao valor máximo estimado de R\$ 1.120.514,03 (Um milhão, cento e vinte mil quinhentos, quinhentos e quatorze reais e três centavos) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto; e

12.1.2. Apresentarem nos preços unitários da planilha de custos, valores acima do estabelecido no Anexo XI do edital.

12.1.3. Não atenderem às exigências contidas nesta CONCORRÊNCIA.

12.2 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou
- b) valor orçado pela Administração.

12.3 Das licitantes classificadas na forma das alíneas “a” e “b” da Condição 12.2 cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” desta Condição, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

12.4 Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Especial de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Concorrência e seus Anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de menor preço global.

13.2 A Comissão Especial de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do IFSULDEMINAS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

13.3 A Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação das seguintes informações:

13.3.1. Planilha de composição de custos de todos os preços unitários ofertados;

13.3.2. caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na Planilha de preços da licitante e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá sempre esse último;

13.3.3. relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

13.4 A Comissão Especial de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas das licitantes:

13.4.1. caso se verifique na proposta de menor valor global a ocorrência de itens com preços superiores aos orçados pelo IFSULDEMINAS, a licitante deverá apresentar relatório técnico circunstanciado justificando a composição e os preços dos serviços;

13.4.2. caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas pela comissão especial de licitação, a licitante deverá adequar sua proposta ao orçamento base elaborado pelo IFSULDEMINAS, sob pena de desclassificação da proposta.

13.5 Após a análise das propostas apresentadas, em confronto com as exigências deste Edital, será considerada como licitante vencedora aquela detentora da proposta com o menor preço global.

13.6 Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

13.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Concorrência, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

13.8 Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários

de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Concorrência não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.9 À Comissão Especial de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital. No julgamento será aplicado o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, para o que as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar seus registros nos órgão competentes.

14. DO DESEMPATE

14.1 No caso de empate entre duas ou mais propostas, será aplicada a regra contida na Lei complementar 123/2006; e caso nenhuma licitante seja micro ou pequena empresa, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

14.2 Caso a empresa ME/EPP se beneficie do tratamento diferenciado elencado na Lei Complementar 123/2006, terá o prazo 1 hora para manifestar verbalmente a decisão de desempate na Sessão Pública de Julgamento das Propostas, constando tal ação em Ata. Caso o beneficiário aceite o desempate terá um prazo máximo de 24 horas, para apresentação de uma nova planilha, um novo cronograma com os preços ajustados ao novo preço, se for o caso. O envio da documentação com o novo valor poderá ser enviado por e-mail: licitacao@ifsuldeminas.edu.br ou entregue a Comissão de Licitação.

15. DO RECURSO

15.1 Observado o disposto no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Concorrência.

15.2 Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta Concorrência com vista franqueada aos interessados.

15.3 Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior sobre a decisão.

15.4 Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender modificação total ou parcial das decisões da Comissão Especial de Licitação deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

16. DA ADJUDICAÇÃO

16.1 A execução da obra correspondente ao objeto será adjudicada GLOBALMENTE a uma única empresa, depois de atendidas as Condições desta Concorrência.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1 Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei n.º 8.666/93, o contrato referente à execução da obra, será formalizado e conterá, necessariamente, as Condições já especificadas neste Ato Convocatório.

17.2 Quaisquer condições apresentadas pela adjudicatária em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

18. DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

18.1 O IFSULDEMINAS convocará oficialmente a adjudicatária, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

18.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do IFSULDEMINAS.

18.3 É facultado à Administração do IFSULDEMINAS, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar esta Concorrência, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

18.4 a recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do IFSULDEMINAS, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

18.4.1. o disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

19. DO SEGURO

19.1 A contratada deverá fazer em companhia idônea e apresentar a Administração do IFSULDEMINAS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato, seguro contra riscos de engenharia, com validade para todo o período de execução da obra.

19.2 Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

19.3 A contratada deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado na Condição imediatamente anterior, seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice.

20. DA GARANTIA

20.1 Será exigida da contratada a apresentação a Administração do IFSULDEMINAS, também no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco

por cento) do valor global de sua proposta, com validade para todo o período de execução da obra, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

20.1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

20.1.1.1. a garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em caderneta de poupança em favor do IFSULDEMINAS.

20.1.1.2. caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

20.1.2. Seguro-garantia;

20.1.3. Fiança bancária.

21. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

22. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

22.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência.

22.2 No interesse da Administração do IFSULDEMINAS, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

22.3 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários;

22.4 nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

22.5 O IFSULDEMINAS poderá alterar unilateralmente o Contrato nos seguintes casos:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

22.6 Em caso de supressão dos serviços, se a licitante vencedora já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo IFSULDEMINAS pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

23. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

23.1 A vigência do contrato será de 10 (dez) meses, a partir da data de sua publicação do contrato, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial

da União, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

24. DOS ENCARGOS DO IFSULDEMINAS E A LICITANTE VENCEDORA

24.1 Caberá ao IFSULDEMINAS:

24.1.1. permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local dos serviços, desde que identificados com crachá ou uniforme, ou previamente autorizados pela empresa

24.1.2. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;

24.1.3. acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada, que deverá, ainda, atestar as faturas;

24.1.4. autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido ao IFSULDEMINAS e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;

24.1.5. rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo IFSULDEMINAS ou com as especificações constantes do Edital, Projeto Básico e Caderno de Encargos;

24.1.6. solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico e Caderno de Encargos deste Edital;

24.2 Caberá à licitante vencedora:

24.2.1. ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

24.2.2. manter os seus empregados sujeitos às condições de horários de funcionamento do IFSULDEMINAS, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

24.2.3. manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do IFSULDEMINAS, devendo, ainda, manter em local visível da obra uma listagem dos empregados;

24.2.4. responder pelos danos causados diretamente ao IFSULDEMINAS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Setor de Engenharia do Instituto;

24.2.5. responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IFSULDEMINAS, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução da obra;

- 24.2.6.** arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na execução da obra do IFSULDEMINAS;
- 24.2.7.** assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar;
- 24.2.8.** verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução da obra:
- 24.2.8.1.** no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita ao IFSULDEMINAS, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
- 24.2.8.2.** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
- 24.2.8.3.** providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 24.2.8.4.** fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;
- 24.2.8.5.** instalar uma placa de identificação da execução dos serviços com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;
- 24.2.8.6.** remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local dos serviços, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais;
- 24.2.8.7.** prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente Edital, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- 24.2.8.8.** submeter à aprovação do Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução dos serviços;
- 24.2.8.9.** permitir, aos técnicos do Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS e àqueles a quem o IFSULDEMINAS formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto;
- 24.2.8.10.** fornecer e preencher o Diário de Obra, conforme Condições previstas como ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO do presente Edital;
- 24.2.8.11.** comunicar ao Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 24.2.8.12.** responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas;
- 24.2.8.13.** responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora do Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

- 24.2.8.14.** responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;
- 24.2.8.15.** providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de equivalente ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização do Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS julgar necessário;
- 24.2.8.16.** providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, ALVARÁ para construção e matrícula no INSS, entregando uma via à Comissão de Fiscalização instituída pelo do IFSULDEMINAS;
- 24.2.8.17.** exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Comissão de Fiscalização instituída pelo do IFSULDEMINAS, quando solicitado;
- 24.2.8.18.** responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;
- 24.2.8.19.** submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora e ao Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;
- 24.2.8.20.** submeter à Comissão fiscalizadora e ao Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 24.2.8.21.** garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;
- 24.2.8.22.** durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo do IFSULDEMINAS, atender aos chamados do Setor de Engenharia do Instituto no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial; e
- 24.2.8.23.** manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Concorrência.
- 24.2.9.** Caberá, ainda, à licitante vencedora, como parte de suas obrigações:
- 24.2.9.1.** Efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/MG, cumprindo-se o disposto da Lei nº 6.496, de 07.12.77;
- 24.2.9.2.** Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;
- 24.2.9.3.** Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da execução dos serviços; e
- 24.2.9.4.** Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

- 24.2.9.5.** Registrar o serviço no INSS, através da matrícula CEI, de acordo com a Instrução Normativa MPS/SRF nº 03, de 14/07/2005.
- 24.2.9.6.** Efetuar a Baixa da Obra junto ao INSS.
- 24.2.9.7.** Efetuar a Baixa da Obra no Município e providenciar a licença de HABITE-SE na Prefeitura.

25. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

25.1 À licitante vencedora caberá, ainda:

25.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o IFSULDEMINAS;

25.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do IFSULDEMINAS;

25.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectivo contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

25.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Concorrência.

25.1.5. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao do IFSULDEMINAS, nem poderá onerar o objeto desta Concorrência, razão pela qual a licitante vencedora renúncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o do IFSULDEMINAS;

25.1.6. A Contratada deverá apresentar cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até 15 (quinze) dias contados da solicitação pelo CONTRATANTE:

25.1.6.1. Cópias do livro de registro;

25.1.6.2. Cópias das carteiras de trabalho;

25.1.6.3. Certidão Negativa dos Débitos Salariais;

25.1.6.4. Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas;

25.1.6.5. Declaração de Inexistência de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente;

25.1.6.6. Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;

25.1.6.7. Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques, acompanhada da devida comprovação de recebimento pelos empregados;

25.1.6.8. Guia de Recolhimento do INSS;

25.1.6.9. Guia de Recolhimento do FGTS;

25.1.6.10. GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);

25.1.6.11. Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.

26. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

26.1 Deverá a licitante vencedora observar o seguinte:

26.1.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do IFSULDEMINAS durante a vigência do contrato;

26.1.1.1. É proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Concorrência, salvo se houver prévia autorização da Administração do IFSULDEMINAS;

27. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DA OBRA

27.1 Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA/MG, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

28. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

28.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Comissão, para tanto instituída pelo IFSULDEMINAS, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

28.1.1. Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e

28.1.2. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

28.2 A contratada providenciará e manterá Diário de Obras (livro de capa resistente) com páginas numeradas e rubricadas pela fiscalização, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

28.3 Ao final dos serviços, o Diário referido será de propriedade do IFSULDEMINAS.

28.4 O Diário de Obra deverá ter todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização. Caberá ao responsável técnico da licitante vencedora o seu preenchimento. Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Comissão encarregada da fiscalização dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações referentes as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, destacará a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela licitante vencedora, ficando a terceira via no próprio Diário

28.5 A contratada deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração do IFSULDEMINAS, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

29. DA ATESTAÇÃO

29.1 A atestação das faturas referentes às etapas de execução dos serviços objeto deste Contrato caberá à comissão instituída pelo IFSULDEMINAS.

30. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

30.1 As despesas para atender ao objeto desta licitação correrão à conta do Orçamento Geral da União, ou seja:

Natureza de despesa: 449039

PTRES: 088442

Fonte de Recurso: 0112000000

PI: V20RLP01PSN

31. DO PAGAMENTO

31.1 Obedecido ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a licitante vencedora solicitará a Comissão de Fiscalização instituída pelo IFSULDEMINAS a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela fiscalização, a licitante vencedora apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo IFSULDEMINAS, que será efetuado em parcelas, irrevogáveis, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos ao Fiscal do Contrato do IFSULDEMINAS.

31.2 Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização;

31.3 As medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se o seguinte:

31.3.1. Ao Cronograma Físico-Financeiro, quando serão feitas as medições pela Comissão fiscalizadora do IFSULDEMINAS, considerando-se a fabricação e os serviços efetivamente executados e por ela aprovados, tomando por base as especificações e os desenhos do projeto;

31.4 Serão emitidos os “Termos de recebimento”, em duas vias, que deverão ser assinadas com o “De acordo” do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

31.5 A critério da fiscalização e no exclusivo interesse do IFSULDEMINAS, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro de obra. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela licitante vencedora:

31.5.1. Entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela licitante vencedora nesta Concorrência menos o BDI contratual; e

31.5.2. BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela dos serviços relativos à mão de obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

31.6 O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das condições 19.3 e 20.1 deste edital e mediante apresentação dos seguintes documentos:

31.6.1. Registro da obra no CREA/MG;

31.6.2. Matrícula da obra no INSS; e

31.6.3. Relação dos Empregados – RE;

31.6.4. Registro da Obra no Município.

31.7 O IFSULDEMINAS reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

31.8 O IFSULDEMINAS poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora nos termos desta Concorrência.

31.9 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

31.10 Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a licitante vencedora encontra-se em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS.

31.11 A Administração poderá consultar a regularidade por meio de consulta no SICAF, caso a licitante esteja cadastrada no sistema.

31.12 O prazo de pagamento do fornecimento e dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

31.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo IFSULDEMINAS, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão calculados com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

31.14 A compensação financeira prevista nesta Condição será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

31.15 Os preços contratuais serão irrealizáveis pelo período de 01 (um) ano, contados a partir da data de apresentação da proposta. Após este período, os mesmos poderão ser reajustados para cobrir flutuações nos custos dos insumos, na produção da variação verificada no Índice nacional de Custos da Construção Civil – INCC, da Fundação Getúlio Vargas, no período de um ano, e aplicado nos montantes dos pagamentos mensais,

na forma da lei, desde que a contratada não tenha concorrido para a prorrogação do prazo de execução do objeto do contrato, obedecendo a seguinte fórmula de reajuste:

$R = Pp \times (I - Io) / Io$, onde:

R= valor de reajustamento procurado;

Pp= Valor dos preços iniciais contratuais dos serviços executados a serem reajustados no mês;

I= valor do INCC, código AO 160868 da FGV (coluna 35), do mês da conclusão dos serviços;

Io= valor do INCC, código AO 160868 da FGV (coluna 35), do mês da apresentação da proposta de preço.

Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte;

31.16 No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerado do faturamento.

31.17 Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

32. DAS SANÇÕES

32.1 O atraso injustificado, a inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nessa Cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

32.1.1. Advertência;

32.1.2. Multa;

32.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFSULDEMINAS;

32.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

32.2 Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

32.2.1. Atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de execução físico-financeiro;

32.2.2. Primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2 e na primeira ocorrência de atraso, conforme tratado na seção das MULTAS;

32.2.3. Descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves.

32.3 Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

32.3.1. Pela inexecução parcial do objeto:

- de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual caso seja configurada a situação “a” do item 32.3.1.1;

- de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo contratual caso seja configurada a situação “b” do item 32.3.1.1;
- de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual caso seja configurada a situação “c” do item 32.3.1.1.

32.3.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do terceiro mês do prazo de execução do objeto, menos de 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do contrato;
- b) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução do objeto, menos de 80% (oitenta por cento) do valor total do contrato, observado ainda o cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO;
- c) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

32.3.2. Pela inexecução total, de até 10% sobre o valor total do contrato.

32.3.2.1. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

32.4 Além das multas já indicadas, poderão ser aplicadas outras, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 a seguir.

32.4.1. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a Fiscalização poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$150,00
2	R\$250,00
3	R\$350,00
4	R\$500,00
5	R\$2.500,00
6	R\$5.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		
Item	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado desuniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	05
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência.	04

6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	05
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	04
9	Utilizar as dependências do IFSULDEMINAS para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
Para os itens a seguir, deixar de:		
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	06
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por dia.	02
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por ocorrência.	06
24	Assinar o Contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93	04
25	Apresentar da apólice de seguro contra riscos de engenharia	04
26	Apresentar garantia de que trata este contrato	04
27	Cumprir os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro	04

32.5 Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela fiscalização, serão aplicadas multas conforme tabela 3.

32.5.1. A apuração dos atrasos será feita a cada 2 (dois) meses.

32.5.2. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirão sobre os valores previstos para o pagamento do período em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

32.5.3. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme tabela 3:

Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no período)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0,90%	GRAVE E INTERMITENTE MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

32.5.3.1. Quanto à **gravidade**, o atraso será classificado como:

- I - brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no período;
- II - mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no período;
- III - grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no período.

32.5.3.2. Quanto à **frequência**, o atraso será classificado como:

- I - eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- II - intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em períodos não subsequentes;
- III - constante: quando ocorrer mais de uma vez, em períodos subsequentes.

32.5.4. A gravidade atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

32.5.5. No primeiro período em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da Administração, a sanção de advertência. A qualquer tempo a Administração poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5% (cinco por cento).

32.5.6. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Administração poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

32.5.6.1. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

32.5.7. Por atraso na conclusão da obra, poderá ser aplicada multa de 0,05% sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

32.5.7.1. Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá ser configurada a inexecução parcial do objeto.

32.5.8. O somatório das multas previstas nos itens 3, 4 e 5 acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

32.6 Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimentos de Contratar com o IFSULDEMINAS.

32.6.1. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o IFSULDEMINAS, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93, poderá ser aplicada ao CONTRATADO, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item anterior sobre multas, entre outros casos.

32.7 Declaração de Inidoneidade.

32.7.1. A sanção de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- I - tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos deste contrato;
- III - demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- V - ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do contrato;
- VI - apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- VII - inexecução total do objeto, conforme previsto no item 3.2 da parte de multas.

32.8 O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

32.9 A Administração rescindir o presente contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

32.10 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com o IFSULDEMINAS e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO acompanhados de multa.

32.11 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

32.11.1. Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia de execução contratual.

32.11.2. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

32.11.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

32.11.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto nos itens 2 e 3 da Cláusula Oitava da minuta do contrato.

33. DA RESCISÃO

33.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

33.2 os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

33.3 A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do IFSULDEMINAS, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora
- b) com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, salvo no caso do inciso XVII; ou amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta Concorrência, desde que haja conveniência para a Administração do IFSULDEMINAS; ou
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

33.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

34. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

34.1 A Comissão de Fiscalização do IFSULDEMINAS deverá lavrar termo circunstanciado de recebimento provisório "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO", assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela contratada.

34.2 A fiscalização do IFSULDEMINAS examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus anexos, do projeto básico e especificações técnicas, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que a contratada deverá sanar em prazo determinado pela fiscalização, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

34.3 Comprovado o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a Administração emitirá, em prazo inferior a noventa dias, contados da comunicação por escrito da conclusão pela contratada, termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, assinado pelas partes.

34.4 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização do IFSULDEMINAS, sendo procedido o recebimento definitivo dos serviços, lavrando-se o respectivo “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”, que dará quitação plena, geral e recíproca às partes.

34.5 O “Recebimento Provisório ou Definitivo” não exclui nem reduz a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei pertinente.

35. DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

35.1 Na hipótese de divergência entre as Plantas e as Especificações Técnicas dos serviços, prevalecerá o constante das Especificações Técnicas.

35.2 As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes neste Edital, serão resolvidas pelo Setor de Engenharia do IFSULDEMINAS.

35.3 Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo a licitante vencedora estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

35.4 A licitante vencedora ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do IFSULDEMINAS.

35.5 A licitante é responsável pela acomodação, transporte e descarte dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de execução de obra, devendo a mesma atender a legislação municipal, estadual e federal.

36. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

36.1 É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (Documentação), devendo a Administração do IFSULDEMINAS, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

36.2 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante o IFSULDEMINAS a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

36.3 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Concorrência até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. A impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão Especial de Licitação, logo após ter sido protocolizada no Serviço de Protocolo do IFSULDEMINAS.

37. DA CONCORRÊNCIA

37.1 A critério do IFSULDEMINAS, esta Concorrência poderá:

37.1.1. Ser anulada, se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

37.1.2. Ser revogada, a juízo da Administração do IFSULDEMINAS, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

37.1.3. Ser a data de abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta” transferida, por conveniência exclusiva da Administração do IFSULDEMINAS.

37.2 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Concorrência:

37.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

37.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

37.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

38. DOS ANEXOS

38.1 São partes integrantes deste Edital todos os anexos e contrato que o acompanham, não podendo a empresa alegar desconhecimento de um item;

38.1.1. Anexo I – Modelo Credenciamento;

38.1.2. Anexo II – Declaração Ciência do Edital;

38.1.3. Anexo III – Declaração de Responsável;

38.1.4. Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

38.1.5. Anexo V – Declaração Menor;

38.1.6. Anexo VI – Declaração de Vistoria;

38.1.6.1. Anexo VI-A – Declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra;

38.1.7. Anexo VII – Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

38.1.8. Anexo VIII – Modelo Declarações;

38.1.9. Anexo IX – Modelo Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

38.1.10. Anexo X – Memorial Descritivo;

38.1.11. Anexo XI – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Cálculo do BDI;

38.1.12. Anexo XII – Projeto Básico;

38.1.13. Anexo XIII – Projetos;

38.1.14. Anexo XIV – Minuta do Contrato.

38.2 Quaisquer menções relativas a este edital, referem-se também aos seus anexos.

39. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

39.1 A licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto, que estará sujeito à aceitação da Administração do IFSULDEMINAS, para representar a licitante vencedora na execução do contrato.

39.2 Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão Especial de Licitação do IFSULDEMINAS, no Setor de Compras, situado na Avenida Vicente Simões, 1.111, Medicina, CEP: 37.550-000, Pouso Alegre/MG, e-mail licitacao@ifsuldeminas.edu.br, fone (35) 3449-6150 das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

40. DO FORO

40.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pouso Alegre-MG, 03 de setembro de 2015.

Marco Antonio de Melo Azevedo
Presidente Comissão Especial de Licitação

Aprovo:

MARCELO CARVALHO BOTTAZZINI
Diretor Geral Pró-Tempore